

A HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL: UMA CONSTRUÇÃO EM DISPUTA

AGRIBUSINESS HEGEMONY IN BRAZIL: A CONFLICTIVE CONSTRUCTION

Sônia Regina de Mendonça¹

RESUMO: O trabalho aborda o disputado processo de construção da hegemonia de um novo segmento dos grupos agroindustriais brasileiros entre as décadas de 1980 e 1990, articulado pela Organização das Cooperativas Brasileiras. A análise dos projetos e estratégias políticas adotados por seus dirigentes demonstra como a agremiação conseguiu, não apenas conseguiu superar a crise de representação política vigente entre as entidades patronais da agricultura, como também instituir-se na nova força hegemônica do conjunto, tendo como coroamento a proposição de uma entidade de novo tipo: a Associação Brasileira de Agribusiness, criada em 1993.

PALAVRAS-CHAVE: Representação Patronal da Agricultura, Organização das Cooperativas Brasileiras, Agronegócio.

ABSTRACT: The paper aims to study the process of hegemonic construction of a new segment of Brazilian agroindustrial groups, between the 1980's and the 1990's, articulated by the Brazilian Cooperative Organization. The analysis of the projects and political strategies adopted by its leaderships demonstrate how this entity succeeded in both, to transcend the political representation crisis which marked the patronal entities of agriculture and to consolidate its role as the new hegemonic force of the whole. The climax of this process consisted in the proposition of an association of new type – the Brazilian Agribusiness Association, created in 1993.

KEYWORDS: Agricultural Patronal Representation, Brazilian Cooperative Organization, Agribusiness

Introdução

Um dos elementos menos analisados no processo de “Abertura” política brasileira é a correlação de forças vigente entre as entidades patronais rurais, que atravessavam, à época, séria crise de representação. Tal crise deita suas raízes na chamada “modernização” da agricultura brasileira, iniciada na década de 1970 e respaldada por políticas públicas lastreadas na farta distribuição de créditos e subsídios estatais destinados à capitalização do campo. Um de seus principais desdobramentos foi a profunda e decisiva especialização da produção agroindustrial. Do ponto de vista político, semelhante especialização resultou na emergência de um duplo processo de diferenciação no próprio seio da classe dominante agroindustrial, agudizando as disputas entre as inúmeras entidades patronais existentes pela afirmação de um único porta-voz legítimo de todo o conjunto, em clara dissonância com a extremada diversificação de seus negócios.

O principal objeto desse conflito era assegurar a permanência ou exclusão de representantes do chamado “setor agrário” junto às agências da sociedade política (ou Estado restrito) que, em face desta nova agricultura super especializada, dificultava a obtenção de um consenso, muito embora a retórica de quase todas as suas lideranças estivesse calcada na necessidade de construir-se uma “identidade empresarial” dos grandes proprietários.

Até meados dos anos 1980, a representação patronal da agricultura se fazia em dois planos paralelos: no âmbito “formal-legal” – através das Federações Rurais e da Confederação Nacional da Agricultura e no âmbito “real” – por intermédio de agremiações organizadas por ramo ou setor, materializadas em associações civis de produtores. Até a divulgação pelo presidente José Sarney do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em início de 1985, quatro entidades disputavam a hegemonia patronal: a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA); a Sociedade Rural Brasileira

¹Bolsista de Produtividade em Pesquisa 1B – Orientadora de Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo.

(SRB), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a oficialista Confederação Nacional da Agricultura (CNA), entidade máxima da estrutura formal-legal do patronato.

Seriam os dirigentes da OCB que, mediante uma série de articulações políticas decisivas – dentre elas o enfrentamento da recém-criada UDR e a formulação de um novo projeto para agricultura brasileira – sairiam vitoriosos deste processo.

Organização das Cooperativas Brasileiras: Origens e Trajetória

A primeira cooperativa de que se tem notícia surgiu em Manchester em 1844, fundada por 28 tecelões que reuniram suas economias e montaram um armazém - a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. O grupo daria origem a um modelo econômico auto proclamado “alternativo”, posto que baseado nos princípios da igualdade, liberdade, ética e justiça e destinado a difundir a eficiência na organização social, sempre em busca de causas coletivas comuns. A partir de então as cooperativas se expandiram pelo mundo, definindo-se como associações autônomas de pessoas, unidas voluntariamente para satisfazer necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, através de empresas de propriedade coletiva e “democraticamente” geridas.

Nascia assim o “mito fundador” do Cooperativismo, ao qual todas as lideranças posteriores recorreriam para legitimar suas ações e empreendimentos, conquanto plenamente capitalistas e lucrativos. Os “princípios rochdaleanos” são, até hoje, justificadores da “pureza” das cooperativas².

Todavia, o Cooperativismo igualmente consolidou-se como doutrina, atribuindo à livre concorrência a responsabilidade pelos males e desigualdades vigentes sob o capitalismo. Para

combatê-los, proclamaria a necessidade da vitória do interesse geral sobre os particularismos, bem como a dos grupos sobre os indivíduos, dando respaldo a uma ordem social idealizada, centrada na negação dos conflitos de classe.

Outro pilar doutrinário do Cooperativismo era a veemente oposição à intervenção estatal na economia, visando assegurar à iniciativa privada o papel de motor da organização social³. Na medida em que se alastrou pelo mundo, penetrando os mais distintos regimes, o Cooperativismo seria reformulado passando a admitir, até mesmo, a atuação de seu antigo alvo de críticas: o Estado. Proclamando sua capacidade de neutralizar tensões sociais e racionalizar a produção e as trocas, as cooperativas eram tidas como instrumentos da “transformação moral dos homens”, ao propiciarem uma vivência “igualitária”, responsável pelo surgimento de uma nova “mentalidade”, totalmente apartada de doutrinas ditas “perniciosas”.

No Brasil, esse movimento começaria a germinar desde 1889, embora a historiografia especializada remeta o início do Cooperativismo propriamente dito a inícios do século XX, quando surgiram Caixas Cooperativas organizadas por imigrantes no Rio Grande do Sul⁴. Todavia, profundas divergências marcaram o pensamento e a ação dos primeiros cooperativistas, resultando na coexistência de duas vertentes: uma voltada ao combate do “círculo de ferro” exercido pela intermediação comercial e financeira, visando maximizar os lucros dos cooperativados, e outra, de caráter doutrinário, fruto da ação de um grupo de agrônomos do Ministério da Agricultura, visando multiplicar as cooperativas como instrumentos de superação das desigualdades sociais vigentes no campo⁵, através da mediação e controle do Estado.

Entre 1930 e 1945 o Cooperativismo brasileiro seria marcado pela disputa entre ambas as correntes – os chamados “cooperativismo livre” e

²Entre 1890 e 1910, o Cooperativismo tornou-se a opção dos sem-terra e dos proprietários sem bens líquidos, constituindo-se numa modalidade de resistência às pressões sociais latentes no período. Por seu intermédio, a agricultura reagiria à longa depressão dos preços iniciada em fins do século XIX, conseguindo obter estabilidade social num contexto de crise. (HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988).

³O Cooperativismo evoluiria da idéia de uma “via intermediária” entre capitalismo e socialismo para a organização de associações econômicas que, teoricamente distantes das lutas políticas, serviriam como paliativo aos “males do capitalismo” sem, contudo, pregar o fim da relação entre proprietários dos meios de produção *versus* proletariado.

⁴ANDRADE, Almir. **Contribuição à história administrativa do Brasil na República, até o ano de 1945**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950, vol. 1, p.108. Para o autor as instituições autodenominadas “cooperativas” seriam muito mais capitalistas do que propriamente “cooperativistas”.

⁵Cf. MENDONÇA, Sonia Regina de. **A Política de Cooperativização Agrícola do Estado Brasileiro**. Niterói: Eduff, 2002.

“cooperativismo sindicalista” - até o expurgo definitivo deste último, em 1938. A vitória do “Cooperativismo livre”, ainda que doutrinário e fortemente estatizado, correspondeu a uma política pública destinada à cooperativização do campo em âmbito nacional, acompanhada da forte burocratização imposta pelo Ministério da Agricultura⁶. Em contrapartida, o Estado reveria as faculdades cabíveis às cooperativas transformando-as, de agremiações destinadas a operações econômicas sem fins lucrativos (decreto Nº 581, de 1938), em entidades aptas a adotar qualquer atividade com fins econômico-sociais (decreto Nº 6.274, de 1944).

Apesar disso, desde seu surgimento, as cooperativas não contavam com entidades politicamente representativas de seus interesses e capazes de inscrevê-los na ossatura material da sociedade política. Isso somente ocorreria nos anos 1960, quando da criação de duas associações paralelas: a Aliança Brasileira de Cooperativas (Abcoop) e a União Nacional das Associações Cooperativistas (Unasco), assim mantidas até finais da década quando, por iniciativa do Ministro da Agricultura do governo Médici, Luiz Fernando Cirne Lima, seriam unificadas ambas as agremiações. Nessa nova conjuntura as cooperativas começavam a despontar como importantes pólos de produção agropecuária, tornando imperiosa a existência de porta-vozes “legítimos” para “dialogar com o governo”. Somente então surgiria a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), ratificada como a representante única de todo o setor. Liderada por dirigentes cooperativistas de São Paulo, a OCB foi inaugurada neste estado em 1969, aí permanecendo até 1972, quando de sua transferência para Brasília, ainda contando com certa expressividade política. A partir de 1974, entretanto, teria início a ascensão desta entidade junto à correlação de forças das entidades patronais agroindustriais, o que pode ser em parte explicado pelo estabelecimento da Contribuição das Cooperativas, responsável pela forte massa de recursos que passaram a destinar-se à agremiação.

Apesar do apoio estatal à sua fundação, a principal campanha encetada pela OCB nos anos 1970-80 consistiu em reivindicar uma nova Lei

Cooperativa, que viesse a consagrar a autonomia do Cooperativismo com relação ao Estado. A estreita “afinidade” até então estabelecida entre a sociedade política e a OCB explica-se por aspectos inerentes à própria doutrina cooperativista, sobretudo três: a) o caráter supostamente mais democrático das cooperativas; b) sua auto-representação como empreendimentos não capitalistas e antilucro e, finalmente, c) a possibilidade de distribuição dos “ganhos” entre os cooperados segundo seu “trabalho” e não segundo seu capital. Tais pilares, remetidos ao “mito fundador” rochdaleano, transformaram o Cooperativismo num dos mais significativos instrumentos de negação do conflito social, graças à propaganda do colaboracionismo entre associados de portes diversos, cujo denominador comum residia no fato de “não terem patrões”.

Tais premissas político-ideológicas respaldavam as lideranças da OCB não apenas como opção “socialmente superior” de exploração e organização das atividades agroindustriais, mas também como porta-vozes “naturalmente” autênticos do conjunto das entidades patronais, posto que portadoras de uma “missão social”. Esta seria a mais significativa estrutura argumentativa brandida pelos dirigentes da OCB até a consecução plena de seus objetivos, em fins da década de 1980, tendo como “ícone”, seu líder mais atuante e conhecido: Roberto Rodrigues.

Uma das estratégias de construção da direção - na acepção gramsciana do termo - da entidade consistiu em publicar, regularmente, inúmeros periódicos encarregados de difundir o Cooperativismo como sinônimo de Democracia e Igualitarismo, o que consolidou politicamente a OCB, mormente a partir do momento em que conseguiu inserir alguns de seus quadros junto ao Estado restrito. Tal ação “pedagógica” materializou-se na repetição veemente do mote segundo o qual “o Cooperativismo é a solução do futuro; é para nós um sistema-síntese. Possibilita a capitalização sem capitalismo e a socialização sem socialismo”⁷. A doutrina cooperativista funcionaria como uma espécie de bússola ideológica tanto para a organização interna da OCB, quanto para a construção de sua legitimidade “externa”, já que

⁶A tutela se daria através de inúmeras obrigações às cooperativas, tais como: o aumento das exigências para definição de suas diretorias; a estipulação de precondições para candidatos a postos e a ampliação de proibições impostas às cooperativas.

⁷*Revista Brasileira de Cooperativismo*. Brasília: OCB, jan.-fev. 1978, p. 51.

Igualitarismo, Sociabilidade Democrática e Paz Social eram atributos veiculados como indispensáveis à manutenção da ordem social no campo. Em seu nome as lideranças da Organização proporião que a própria entidade fosse adotada como ferramenta para a “solução” dos conflitos no campo, chegando a acenar com uma suposta afinidade com a Igreja, visando “neutralizar” seus segmentos mais progressistas, comprometidos com a organização dos movimentos sociais rurais, via Comunidades Eclesiais de Base. Entre 1972 e 1993, os dirigentes da OCB cultivaram incansavelmente sua associação a valores humanitários, afirmando-se como nova força sócio-política, dotada de ampla aceitação social. Em matéria intitulada “*Dialogar com a Sociedade*”, o então presidente da agremiação, João Alckmin, afirmava que “o movimento cooperativo, por ser soma de pessoas, teria o que podemos chamar de **voz natural solidária** e suas manifestações são desconectadas de interesses menores, escusos”⁸.

Quanto a suas demandas setoriais específicas, duas se destacariam pela recorrência com que frequentavam as páginas das revistas da agremiação: a autogestão e crescentes suprimentos de crédito, a serem obtidos – em face da política econômica recessiva praticada pelo Estado em plena crise do “milagre” – por intermédio da criação de um banco próprio a ser por ela fundado. Ambas as reivindicações eram justificadas pelo peso econômico da produção agropecuária oriunda das cooperativas junto às exportações brasileiras. Por essa razão os dirigentes da OCB deslançariam, na década de 1980, forte campanha pela criação de um banco a ser mantido com recursos próprios ao setor, no que não teriam êxito, ao menos até 1993.

Quanto à demanda pela autogestão, as lideranças da entidade advogavam desde sua independência no tocante à comercialização internacional de seus produtos, até aquela relativa à criação de órgãos creditícios próprios, de modo a liberar o setor do vínculo com o Estado. Os resultados positivos neste âmbito, todavia, somente seriam obtidos na conjuntura política mais favorável dos anos 1990, em meio à “onda” neoliberal que assolou o país. Entre fins da década de 1980 e inícios da de 90, quando do processo de desmonte do Estado brasileiro e de privatização de suas empresas, a cúpula da OCB veria a oportunidade de

sedimentar seu papel político, pleiteando que a própria agremiação se incumbisse da gestão de algumas dessas estatais.

Outra reivindicação dos dirigentes da OCB era sua original proposta de Reforma Agrária, cujos instrumentos seriam as próprias cooperativas, posto ser a agremiação “a mais adequada e legítima” para levar a cabo tal processo. Quanto à questão da Reforma Agrária, a OCB distanciava-se tanto da Sociedade Rural Brasileira, quanto da Confederação Nacional da Agricultura, cujas lideranças opunham-se radicalmente a qualquer alteração na estrutura fundiária do país. Talvez por essa razão se possa explicar a “aproximação” entre a fluminense Sociedade Nacional de Agricultura e a OCB, consagrada pela eleição de Roberto Rodrigues como vice-presidente da primeira em 1990, ainda que nos momentos considerados mais críticos pelos agroempresários “modernizados” – como no caso da discussão do Plano Nacional de Reforma Agrária de 1985 - todas as entidades se unissem contra a ameaça de expropriação de terras “improdutivas”.

Não por acaso, as iniciativas de “reforma agrária” implementadas posteriormente à aprovação do texto final do PNRA contaram com a participação de dirigentes da OCB como “assessores” dos órgãos públicos delas encarregados, lavrando novo tento político para a agremiação que emergiu, em 1990, como a nova força hegemônica do patronato agroindustrial. Exemplifica este fato a nomeação de Adelar Cunha, diretor da OCB e ex-presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul, como Superintendente do INCRA, em 1991.

Consolidando a Hegemonia

Um aspecto significativo a destacar da leitura das fontes produzidas pela OCB é o empenho de seus dirigentes em por fim à crise da representação patronal rural através de uma atuação bifronte: no âmbito do próprio movimento Cooperativista – unificando-o e consolidando-o sob sua direção – e no plano das relações com as demais entidades de classe, de modo a impor-se como única porta-voz legítima na condução de todas as suas causas e demandas.

⁸ *Jornal do Cooperativismo*. Brasília: OCB, nov.-dez, 1980, p. 2, grifos meus.

No que tange à sua atuação dentro do próprio cooperativismo, a OCB assumiria a existência de uma crise política intrasetorial, que era atribuída tanto à ausência de canais efetivos de comunicação entre as bases e a cúpula da entidade, quanto àquilo que seus dirigentes chamavam de “falta de consciência” dos cooperativados, evidenciando a falta de consenso no próprio setor. Visando construí-lo, utilizariam suas publicações para aproximar os cooperativados e suas respectivas entidades estaduais e nacional.

O Cooperativismo como um todo jamais poderá negligenciar a importância do diálogo com a OCB e sua revista nacional. **Ela supre o vazio das comunicações entre cooperativas e cooperados.** Mas não é só diálogo: é também O GRITO, o protesto, o gesto firme. A Revista da OCB pretende retratar a realidade do Cooperativismo brasileiro, suas conquistas e deficiências⁹.

Outra estratégia de consolidação da hegemonia “intramuros” foi a escolha de um “inimigo comum” a todo o segmento, recaindo tal escolha nas empresas definidas pelos dirigentes como “falsas cooperativas”, representantes da invasão capitalista junto ao setor e que tinham como caso emblemático a Coopersucar, denunciada pelas lideranças da OCB como “cooperativa biônica”, que “usa indevidamente o título de cooperativa”¹⁰. Não é demais recordar que o cerne dessa disputa residia no fato de ser a Coopersucar ligada a grandes usineiros paulistas, além de filiada à Sociedade Rural Brasileira, contra a qual a OCB promoveria sérios ataques, até ser derrotada na Câmara dos Deputados¹¹.

Simultaneamente, para granjear a unidade política de suas bases, os líderes da OCB reorganizariam, administrativa e gerencialmente, todo o seu sistema posto que, “afinal, as cooperativas têm seis milhões de sócios, mas não têm consciência de sua representatividade e

permanecem massas de manobra parciais”¹². E uma vez que o chamado “Sistema” era composto por uma estrutura que partia das cooperativas singulares, passava pelas Organizações de Cooperativas Estaduais (OCEs), chegando até a agremiação nacional, a solução residiu no estreitamento dos canais de comunicação entre os três níveis, priorizando-se o primeiro deles.

Neste processo destacaram-se algumas iniciativas paradigmáticas, como a criação de Comitês Educativos (1989), destinados à formação de líderes capazes de implementar a integração almejada, tida como pré-requisito para a autogestão¹³. Diante do vulto e volume dos negócios então gerados por cooperativas agropecuárias tornava-se imperioso buscar “uma nova feição para o Cooperativismo, com a implantação da autogestão, a formação de novos quadros – técnicos – e um instrumental moderno”¹⁴.

Nesse sentido, a Educação se destacaria como veículo difusor da “consciência autogestionária”, mais que um projeto político, uma proposta pedagógica levada a cabo pelos dirigentes da OCB, de modo a qualificar, politicamente, suas bases¹⁵.

Quanto à afirmação da hegemonia da OCB para além dos seus próprios muros, um primeiro passo foi divulgar, ostensivamente, a ideia de que os cooperativistas contavam com uma “tendência natural” para o desempenho de funções de representação política, graças a sua experiência cotidiana de práticas “democráticas” e “igualitárias”. Através dessa ideia-força, consolidava-se a imagem da entidade como mediadora ideal entre grupos dominantes agroempresariais, sociedade civil e Estado.

A institucionalização da OCB como representante legítima de todos os segmentos cooperativos foi ainda facilitada por sua participação em organismos internacionais do setor, dos quais a agremiação extrairia significativo capital simbólico, reconvertido em capital político nada

⁹Revista Nacional do Cooperativismo. Brasília: OCB, jan.- fev. 1978, p. 1, grifos na fonte.

¹⁰Revista Nacional do Cooperativismo. Brasília: OCB, jul. - ago. 1978, p.3.

¹¹A OCB se opunha à legalização da Coopersucar pelo governo, enviando mais de 10.000 cartas a dirigentes de cooperativas e à imprensa, divulgando ofício por ela encaminhado aos parlamentares. Revista Nacional do Cooperativismo. Brasília: OCB, jan.- fev. 1979, p.10.

¹²Revista Nacional do Cooperativismo. Brasília: OCB, nov.- dez. 1979, p. 51.

¹³Informativo OCB. Brasília: OCB, mar. 1989, p.3.

¹⁴Id. ibid. jan. 1989, p. 2.

¹⁵Um desdobramento deste projeto consistiu na realização anual do Encontro Nacional de Capacitação e Organização do Quadro Social em Cooperativas. Informativo OCB. Brasília: OCB, ago. 1991, p. 2.

desprezível. Exemplifica tal prática sua filiação à Organização das Cooperativas da América (OCA), em 1981, e à *International Cooperative Alliance* (ICA), em 1983. Um dos resultados deste processo seria a nomeação de inúmeros diretores da Organização para postos no Ministério da Agricultura¹⁶, fortalecendo o peso político da entidade e assegurando-lhe lugar privilegiado na intermediação entre segmentos agroindustriais e Estado restrito.

O prestígio da OCB junto às demais agremiações patronais rurais em inícios da década de 1990 também pode ser aquilatado pelo número de prêmios, honrarias e cargos acumulados por seu mais conhecido dirigente, Roberto Rodrigues, condecorado pelo governo francês com a Ordem do Mérito Agrícola; indicado como membro do GATT e do Concec; designado como representante oficial da Agricultura junto ao Fórum de Entendimento Nacional e ao Conselho Empresarial de Competitividade Industrial; eleito presidente da OCA para o biênio 1993-95 e da ICA, de 1997 a 2001, dentre outros.

Além das estratégias de construção hegemônica mencionadas, as lideranças da Organização das Cooperativas Brasileiras lançariam mão de outras iniciativas destinadas a fortalecê-la e emprestar-lhe maior visibilidade política. A primeira consistiu em estabelecer canais de acesso direto à sociedade política, de modo a influírem diretamente na definição das políticas agrária e agrícola nacionais. Assim, em março de 1981, seria criada a Frente Parlamentar Cooperativista. Dotada de caráter suprapartidário, a Frente congregava parlamentares dotados de alguma “afinidade com a agricultura”, devidamente contemplados com um “assessor parlamentar” designado pela OCB para acompanhá-los em suas lides legislativas. Embora inicialmente inexpressiva, em 1983 ela já contaria com 80 participantes sob a coordenação do senador pelo PDS do Rio Grande do Norte, Martins Filho, e não por casualidade presidente da Comissão de Agricultura da Casa.

Azeitando toda essa arquitetura, denominada de “sistema de veiculação dirigida”, estavam as Organizações de Cooperativas,

verdadeiras “correias de transmissão”, incumbidas de distribuir formulários aos parlamentares de suas respectivas bases regionais realçando sua adesão à “causa cooperativa” e comprometendo-os politicamente com a pressão em prol do segmento cooperativista em todas as votações no Congresso Nacional.

O segundo passo para consolidar a hegemonia da OCB junto ao conjunto da classe dominante agroempresarial foi dado durante as acaloradas discussões em torno do já citado PNRA e da aprovação de seu texto final junto à Constituinte em 1988, em pleno contexto inaugurado pela “Nova República”, que fortaleceu a identificação entre a doutrina dita “democrática” do cooperativismo e o novo regime, uma vez que “participação e democracia fazem parte da Natureza e da Doutrina Cooperativista”¹⁷. A despeito disso, o aprofundamento da crise econômica brasileira não impediu a entidade de criticar duramente as políticas públicas agrícolas, assumindo, assim, uma liderança que seria consensualmente aceita por todas as demais agremiações patronais da agricultura, sobretudo após ter enfrentado a UDR, fundada dias após a divulgação do Plano.

A primeira reação capitaneada pela OCB contra a UDR consistiu em criar um Bloco Parlamentar Ruralista, composto por 87 deputados e seis senadores, com o objetivo de “levantar todas as propostas e projetos existentes em relação à agricultura e enumerar as prioridades para acelerar sua tramitação no Congresso”¹⁸ tentando dar menos tempo e espaço às articulações da nova entidade rival. Também a proximidade das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte oportunizaria novo avanço político da OCB, cujos líderes promoveram intenso *lobby* junto ao Congresso, além de mobilizarem-se para eleger representantes próprios, com base no argumento da existência de certo desequilíbrio entre o peso econômico e o peso político das cooperativas. Em editorial de agosto de 1985, tal ação seria divulgada junto às bases, juntamente com uma nova denúncia contra os “adversários” do movimento cooperativo, desta vez personificados na UDR que, em igual contexto,

¹⁶Dentre eles destacam-se Rubem Ilgenfritz da Silva - ex-presidente da COTRIJUÍ e designado para a Secretaria Geral do Ministério; Dijandir Dal Pasquale – nomeado presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo; Ignacio Mammana Neto – indicado para a presidência da Companhia de Financiamento da Produção e Athos Almeida Lopes – nomeado presidente da Embrater.

¹⁷*Jornal do Cooperativismo*. Brasília: OCB, mar.-abr.1985, p. 2.

¹⁸*O Estado de São Paulo*. São Paulo: 13-3-1985, p. 36.

promovia sua Campanha de Valorização do Voto (CVV), destinada a financiar seus candidatos à Constituinte.

A tensão entre as duas grandes lideranças “ruralistas” de então – Ronaldo Caiado e Roberto Rodrigues – assomaria à mídia e à opinião pública como a polarização exemplar da crise de representação vivida pelo patronato rural. Enquanto Caiado era definido como preparado, jovem e letrado, Rodrigues era apresentado como pretendente a “novo líder da agricultura, que empolgue a imprensa e os políticos e se torne intermediário credenciado a negociar os interesses dos fazendeiros e do governo”¹⁹. Todavia, o grau de violência e radicalismo das ações da UDR, que lutava para afirmar-se como liderança do conjunto das entidades patronais da agricultura, dela afastariam as agremiações mais “modernas”, temerosas do desgaste de sua imagem junto à opinião pública.

Na esteira deste processo, Rodrigues articulava a segunda grande reação da OCB, ao propor a constituição de um colegiado integrado pelos porta-vozes das principais entidades do patronato rural, originando a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB), que ocupou grande espaço na imprensa através de notícias como “a Frente nasceu também para minimizar a influência crescente da UDR no campo, sendo idealizada pela OCB”²⁰.

A historiografia especializada, no entanto, aponta que, tanto no caso da aprovação da versão final do PNRA, quanto no da Constituinte, a UDR teria sido a grande vitoriosa tendo conseguido, por intermédio das articulações pouco “éticas” de Caiado, capitalizar para si as ações iniciadas pela FAAB. A própria truculência da participação do líder uderista junto ao Congresso lhe teria assegurado tal triunfo e, na última fase de votações da Comissão de Agricultura da Constituinte, a UDR comandava poderoso bloco de parlamentares favoráveis à aprovação do texto anti-reforma agrária apresentado pelo “Centrão”, desta vez contando com o aval de agremiações até então rivais, como a Sociedade Rural Brasileira ou a Confederação

Nacional da Agricultura²¹.

No entanto, tratou-se de uma vitória efêmera já que, logo após a promulgação da Nova Constituição, a UDR teve sua “liderança” questionada pelos dirigentes da OCB. Na verdade, trata-se de episódio que, de uma perspectiva gramsciana, pode ser percebido como a imposição da *supremacia* da UDR às demais entidades da grande burguesia agroindustrial, mas não de sua *hegemonia* ou *direção*. Isto se explica tanto pela condição subalterna de suas bases sociais junto ao processo de “modernização” da agricultura brasileira – integradas basicamente por pecuaristas de capital extensivo – quanto pelas práticas virulentas adotadas por seus membros. Uma evidência desta afirmativa foi a legislatura de Caiado na Câmara dos Deputados nos anos 1990, que passou “em brancas nuvens”.

Em contrapartida, a reação dos dirigentes da OCB a essa supremacia não se fez tardar. Visando às eleições de 1990, articularam uma operação tão bem coordenada que, antes mesmo de sua realização, o *Informativo* da agremiação divulgava a lista integral dos candidatos que, caso eleitos, comporiam a nova Frente Parlamentar Cooperativista comprometendo-os, publicamente, com a entidade: Pedro Canedo (PRN-GO), Pedro Teruel (PT-MS), Ronan Tito (PMDB-MG), Dalton Canabrava (PMDB-MG), Mauro Campos (PSDB-MG), Rosa Prata (PRS – MG); Humberto Souto (PFL-MG), Paulo Romano, Adolfo de Oliveira (PFL-RJ), Adilson Macabu (RJ), Antonio Mendes Thame (PSDB-SP), Michel Temer (PMDB-SP), Adhemar de Barros Filho (PMDB -SP), Luiz Antonio Fleury Filho.(PMDB-SP), Fabio Sales Meirelles (PDS-SP), Geraldo Alckmin (PSDB-SP), Guiomar Bello (PSDB-SP); José Maria Eymael (PDC– SP), Maluly Neto, Mendes Botelho (PTB-SP), Nelson Machezelli (PTB-SP), Paulo Brandão (SP), Roberto Cardoso Alves (PTB-SP), Saulo Ramos (PTB-SP), Jairo Mattos (PFL-SP), Newton Brandão (PTB-SP), Sidney Fuchida (PSDB-SP), Waldomiro Lopes da Silva (PTB-SP) e Antonio Carlos Casulari (PSDB-SP)²².

Esse conjunto de nomes detém características bastante interessantes, a começar

¹⁹ *Gazeta Mercantil*. Rio de Janeiro:22-06-1986, p. 5.

²⁰ *Correio Braziliense*. Brasília:18-06-1986, p. 7. Poucos dias depois, outro jornal publicaria entrevista concedida por Rodrigues, onde este declarava que “Não convidamos a UDR porque ela não é um órgão de representação patronal”. *O Estado de São Paulo*. São Paulo: 29-6-1986, p.8.

²¹ *O Estado de São Paulo*. São Paulo: 24/3/1988, p.33.

²² *Informativo OCB*. Brasília: OCB, set. 1990, p.3.

pelo amplo espectro partidário de seus integrantes, incluindo desde parlamentares ligados ao PT, até aqueles vinculados ao PDS. Ademais se destaca a preponderância de dois partidos, o PTB e o PSDB. Seria, aliás, com este último que a OCB estreitaria seus laços políticos, não fossem ambos notoriamente paulistas no tocante a suas bases. Ao fim e ao cabo, a OCB seria a *força social* vitoriosa na disputa intra-patronato rural.

Ao discursar durante a solenidade de sua despedida da presidência da OCB, em 1990, Rodrigues deixava esboçados os rumos que seriam seguidos pelo conjunto das entidades patronais da “agricultura”: “A função da OCB, neste capítulo, está quase encerrada: a de rasgar horizontes e possibilitar a visão dos caminhos existentes. Agora, é preciso trabalhar na pavimentação destes caminhos”²³. E semelhante “pavimentação” corresponderia ao novo projeto hegemônico organizado pela OCB: a modernização definitiva da agricultura que passaria a operar em bases plenamente empresariais e internacionalizadas, a despeito de legitimado por um discurso igualitarista.

Pouco faltava para afirmar-se a noção de *agribusiness*. E, uma vez mais, seria através da atuação de Rodrigues, guindado aos mais altos postos dentro e fora do sistema cooperativo, que tal noção cimentaria a hegemonia da OCB, partindo da proposta de abertura da agricultura brasileira às grandes linhas da “competitividade” internacional e da própria difusão da noção de “agronegócio” uma vez que, em suas palavras, “devemos nos associar aos setores secundários e terciários a montante e a jusante da produção para desenharmos as linhas todas a seguir. Só então será revertida a descapitalização do nosso agro”²⁴.

Ainda nas palavras do grande intelectual orgânico da OCB, a valorização política dos representantes da agricultura brasileira dependia da adoção de

Um regime econômico liberal, para que os investimentos privados sejam maciços. O Brasil precisa se articular com este mundo moderno para não perder o trem da contemporaneidade! Mas **é óbvio que precisamos reorganizar as classes do**

vagão brasileiro para estarmos atrelados coerentemente a este trem²⁵.

E, para consegui-lo, a OCB propôs a criação de uma nova entidade, a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), fundada em 1993.

OCB: Quadros e Bases Sociais

A análise da composição dos quadros dirigentes da OCB no período compreendido entre 1970 e 1990, revela que eram eles integrados, basicamente, por agroempresários²⁶ fortemente imbricados a uma agricultura já plenamente industrializada e tecnologicada, zelosos do expressivo papel econômico desempenhado, desde a década de 1980, pela produção oriunda das cooperativas junto à pauta de exportações brasileiras.

O conjunto de nomes pesquisados fez o total de 37 diretores, tendo sido obtidas informações sobre 29 (79%) deles. O primeiro aspecto a ressaltar dessas Diretorias é a permanência de alguns nomes em seus respectivos cargos por períodos consideráveis, revelando não apenas a continuidade de suas linhas e diretrizes de atuação, como também a própria consolidação institucional da OCB. Dentre eles podemos citar nomes como José Pereira Campos Filho – presidente entre 1978 e 1985; Américo Utumi – vice-presidente em igual período; Paulo Pinto da Silva – vice entre 1979 e 1988 ou mesmo Roberto Rodrigues – presidente entre 1985 e 1991.

Outra característica importante refere-se à origem social dos dirigentes, maciçamente constituída por proprietários rurais ou agroindustriais que totalizaram 86% do conjunto. Dos 29 diretores para os quais se encontrou dados de trajetória, apenas quatro (14%) não guardavam vínculo aparente com a propriedade da terra, constituindo-se de profissionais liberais ligados à área de tecnologia agrícola ou à cooperativas médicas. Ademais, 17 diretores (ou 57%) declaravam-se como agropecuaristas; quatro como pecuaristas, dois como cotonicultores e cacauicultores, além de um, simultaneamente banqueiro e agropecuarista²⁷.

²³ **Informativo OCB**. Brasília: OCB, out. 1990, p.2.

²⁴ **Informativo OCB**. Brasília: OCB, out. 1990, p.8.

²⁵ Id. Ibid., p.1, grifos no original.

²⁶ MENDONÇA, Sônia. **O Patronato Rural no Brasil Recente**. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2010, especialmente capítulo 4.

As Diretorias da OCB também abrangiam porta-vozes da agroindústria oriundos das mais diversas regiões ou complexos agroindustriais do país, aproximando-se, sob esse aspecto, do perfil dos dirigentes da Sociedade Nacional de Agricultura, bem mais nacional em sua composição e representatividade política do que a paulista Sociedade Rural Brasileira. Assim, dos 29 diretores, 20% eram paulistas, 11% gaúchos e 10% paranaenses. Afora esses casos, verificou-se, ainda, uma representação regional bastante equilibrada, com agroempresários provenientes de Goiás, Alagoas ou mesmo Rio Grande do Norte.

A terceira característica dos dirigentes da OCB reside no fato de serem, quase todos, presidentes de cooperativas de diferentes níveis, singular ou federativo, o que explica não apenas a maior representatividade nacional da entidade, como também, e sobretudo, sua diversidade regional, uma vez que sua própria estrutura organizacional baseava-se em núcleos estaduais (OCEs). Assim, dos 29 diretores analisados, 27 (93%) dirigiam cooperativas e 21 dentre eles (78%) presidiam Organizações Cooperativas Estaduais, o que propiciava considerável capacidade de neutralização dos potenciais conflitos intrassetoriais, já que quase todas as entidades federativas do Sistema estavam contempladas no órgão máximo da agremiação. Os seis diretores não procedentes das OCEs distribuíam-se entre presidentes de cooperativas singulares de expressivo peso econômico – como a Cotia, por exemplo – ou de Cooperativas Centrais.

A quarta característica da Diretoria da OCB é o fato de muitos de seus integrantes terem, simultânea e cumulativamente, ocupado postos de direção junto a entidades patronais fora do âmbito cooperativo, estando seis deles à frente de agremiações como a Sociedade Rural Brasileira, a Sociedade Nacional de Agricultura, a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo ou a Sociedade Mineira de Agricultura,

dentre outras²⁸, o que sugere uma tendência à fusão de quadros dirigentes das diferentes entidades patronais, especialmente após 1985.

ABAG: Coroamento de um Projeto Hegemônico

A consolidação da OCB como nova força hegemônica do patronato rural brasileiro deu-se em inícios da década de 90, contando com um significativo “capítulo” final: a proposta de criação de uma nova entidade, de novo tipo, que se constituiria em articuladora de todas as demais: a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), fundada em 1993. Sua formulação, enunciada por Roberto Rodrigues, tinha por justificativa central a necessidade de afirmação do agronegócio no país. Segundo revista da agremiação

Foi numa dessas viagens que surgiu um conjunto de ideias que, aliadas à sua [Roberto Rodrigues] experiência como representante da agricultura no Conselho Monetário Nacional e coordenador da Comissão Empresarial de Competitividade do Ministério da Economia, resultou na proposta apresentada, que será um ponto de partida para o debate junto à classe rural do agribusiness brasileiro²⁹.

Presidida por Ney Bittencourt de Araújo, um dos diretores da OCB e também dirigente da Sociedade Nacional de Agricultura e da Sociedade Rural Brasileira³⁰, além de visto como continuador da obra de Rodrigues, a ABAG obteria legitimidade a partir de dois fatores cruciais. De um lado, a “certeza” de que já existia no país uma “nova agricultura”, diversa daquela até então vigente posto ter-se desenvolvido “a agroindústria, que passa à liderança do processo produtivo, consolidando-se as grandes cooperativas e dando origem a um novo sistema”³¹. De outro, a

²⁷O banqueiro e agropecuarista é o potiguar Francisco Cândido da Silva, presidente do BNCC e presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Norte.

²⁸Esse era o caso, por exemplo, próprio presidente da OCB, José Pereira Campos Filho, também presidente da Sociedade Mineira de Agricultura, 1º secretário da SRB; diretor da FAESP e vice-presidente da Associação Paulista de Criadores de Bovinos.

²⁹**Informativo OCB.** /Brasília: OCB, nov. 1991, p. 34.

³⁰Mineiro e agrônomo, Araújo era presidente da Sementes Agrocere S/A e da Agrocere Importação e Exportação, Comércio e Indústria S/A, além de membro da Sociedade Brasileira de Defensivos para Agropecuária e presidente da poderosa Associação Brasileira dos Produtores de Sementes e Mudanças (ABRASEM).

³¹ARAÚJO, Ney B. **Sugestões da Abag para o presidente eleito, dr. Fernando Henrique Cardoso.** São Paulo: Abag, 1994, p.3, grifos no original.

necessidade “urgente” de se estabelecerem novos canais de representação política setorial, compatíveis com a relevância econômica dessa “nova” agricultura.

No primeiro caso, todo um trabalho de elaboração ideológica foi desenvolvido, integrando o conjunto das atividades econômicas do país à agricultura, definida como “atividade principal”, posto ter respaldado, “galhardamente”, a economia brasileira ao longo da crise que a marcara desde os anos 80, responsável por parte considerável do PIB nacional. Numa operação simbólica e política da maior envergadura, as lideranças da OCB promoveriam a própria recriação do conceito de “agricultura” ao imbrica-lo à noção, bem mais ampla, de “agronegócio”, não mais limitada à atividade agrícola propriamente dita:

Um novo segmento surgiu antes da porteira da fazenda - o da pesquisa e experimentação - que passaram a ser exigências fundamentais através da produção de sementes melhoradas, corretivos e fertilizantes; tratores, defensivos, vacinas, rações e medicamentos. Surgiram ainda mecanismos especializados de crédito, para custeio e investimento e apareceram ações de marketing no campo³².

A rigor, o “novo segmento” não era tão recente quanto se pretendia fazer crer, passando a existir desde a “modernização” da agricultura nos anos 1970, conquanto não tão explicitamente associado às atividades industriais e, principalmente, financeiras. Se novidade havia era a associação, num único sistema, de todas as atividades tidas como correlatas ao “agrário”, associação essa atrelada à ideia de interdependência intersetorial, que somente se completaria uma vez vinculada ao chamado “mundo anterior à porteira”, o qual envolvia desde o armazenamento e transporte, até a industrialização e financiamento da produção. Nas palavras do presidente da ABAG “o agricultor passou a ser um especialista em plantar e criar, em íntima interdependência com os segmentos a

montante e a jusante da fazenda”³³.

Logo, a noção de *agribusiness* organizaria e instrumentalizaria um poderoso complexo de cunho muito mais comercial e financeiro, cuja importância não deve ser aquilatada apenas por seu desempenho econômico, mas, sobretudo, por sua influência política. Nessa nova “leitura” a agricultura tornou-se avalista de um sistema produtivo amplo e intrincado, diante do qual urgia criar-se uma mega-agremiação dotada de poder político proporcional à sua importância, embora nenhuma das entidades pré-existentes fosse desaparecer. “A ABAG não é uma associação a mais. Ela não nasce para substituir as associações dos vários segmentos que a constituem, todas elas participantes de seu conselho Consultivo”³⁴.

A criação da ABAG pode ainda ser vista como uma reação dos empresários agroindustriais à “incompetência” do Estado para enfrentar a crise econômica brasileira, incompetência que resultara numa suposta “estagnação” da agroindústria, legitimando a transferência, para as entidades de classe, da responsabilidade de buscar novos rumos para o problema. A imprensa desempenharia importante papel na construção do consenso em torno da nova entidade, publicando matérias de forte apelo à opinião pública, tais como:

Reunidos sob uma mesma entidade, 40% do PIB brasileiro, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, foi lançada nacionalmente, a Associação Brasileira de Agribusiness, que surge para representar e articular as ações de empresas vinculadas ao complexo agroindustrial (...). O peso pesado da nova entidade congregará a Agroceres, Maxion, Samba, Cobram e Febraban e, como não poderia deixar de ser, sua sede nacional será em São Paulo³⁵.

Como se percebe, diferentemente do discurso que a legitimava, a ABAG constituiu-se, desde o início, num *pool* de empresas e não, propriamente, numa associação de entidades patronais, conquanto seus dirigentes insistissem em afirmar o contrário, encarregando-se do “trabalho

³² ARAÚJO, Ney B. de & PINAZZA, Luiz Antonio. **Agricultura na Virada do Século XX: visão de Agribusiness**. São Paulo: Globo, 1994, p.35.

³³ Id. Ibid., p. 120.

³⁴ Id. Ibid., p. 141.

³⁵ **Correio Braziliense**. Brasília: 5-5-1993, p. 9.

de doutrinação, sobre a importância do agribusiness para a sociedade”³⁶.

A nova força hegemônica do agronegócio assentou-se sobre duas noções caras à retórica neoliberal dos anos 1990: segurança alimentar e competitividade, as quais, embora aparentemente paradoxais, logo seriam compatibilizadas, mediante a “transformação” do *agribusiness* brasileiro em coadjuvante da segurança alimentar mundial e não, meramente, uma cadeia empresarial de cunho comercial, industrial e financeiro plenamente capitalista e lucrativa. Mediante tal operação discursiva, minimizava-se o fato de ser a nova entidade a institucionalização de um *lobby* empresarial dos mais rentáveis, mascarado pela retórica de sua “missão social”. Afinal, não era o Brasil apresentado como um dos maiores exportadores de produtos do *agribusiness*, embora contando com a sexta população mais mal nutrida do planeta?

A contradição embutida nesta auto-justificação reside no fato de estarmos diante de uma entidade representativa das grandes cadeias de atividades altamente empresarializadas e financeirizadas destinadas, prioritariamente, à exportação, sem qualquer compromisso com o mercado interno ou a “mal alimentada população brasileira”, embora tivesse emergido fazendo-se portadora de uma finalidade estratégica: compatibilizar “desenvolvimento econômico” e “bem-estar social”.

Esses novos “ruralistas” explicitaram um novo projeto para a “agricultura brasileira” pautado por três parâmetros: competitividade, tecnologia e gestão³⁷. Do ponto de vista político advogavam merecer “participar ativamente na grande discussão nacional de redefinir o Estado (...), transformando-se a ABAG em importante ferramenta de apoio ao planejamento do agribusiness brasileiro”³⁸.

Apenas a guisa de ilustração, cito algumas das empresas que, segundo o site oficial da ABAG, dela participam na atualidade, totalizando cerca de 60 membros: a Algar S.A. Empreendimentos e Participações; a Bunge Fertilizantes S.A.; a FMC Química do Brasil Ltda; Grupo Kepler Weber; Pioneer Sementes; Rutherford Trading S.A.; Monsanto; Sindicato Nacional da Indústria de

Defensivos Agrícolas (Sindag); Sipcam Agro Ltda; Syngenta Seeds Ltda, Banco Sicredi S. A, Cooperativa Cotia; Coopavel, dentre tantas outras.

Partindo desse espectro, alguns comentários se impõem. O primeiro refere-se à extrema diversidade das “instituições” agremiadas, que variam desde empresas ligadas à produção e aperfeiçoamento genético de sementes – como no caso da Monsanto –, até aquelas ligadas à mídia – como a TV Globo. Apesar de definir-se como instância de articulação política de “entidades patronais” ligadas ao *agribusiness*, a ABAG impôs-se como um *pool* de megaempresas transnacionais, em sua maioria, produtoras de tecnologia agrícola de ponta.

Em contrapartida, a manutenção de cooperativas junto à ABAG é significativa, tanto por remeter à sua própria origem como um desdobramento da OCB, quanto por motivos político-ideológicos destinados a legitimá-la como “herdeira” dos princípios “democráticos e igualitários” da doutrina Cooperativista. Assim, dos 59 participantes da ABAG, apenas nove são cooperativas, historicamente associadas à OCB, dentre elas a Carol, a Comigo, a Cotrijal e a Cocamar.

A principal característica da ABAG, entretanto, reside no predomínio absoluto de grandes empresas do agronegócio junto a seus quadros, mormente aquelas estrangeiras e ligadas ao setor químico, num total de 18 empresas do porte da Monsanto, da AGCO do Brasil; Bayer Cropscience Ltda; Du Pont do Brasil S. A; Pioneer Sementes ou John Deere Brasil Ltda, etc.

Igualmente importante é a participação do capital financeiro junto à entidade que conta com associados como o Banco Cooperativo do Brasil S.A.; o Banco Cooperativo Sicredi S.A. e o Banco do Brasil, evidenciando a coexistência de agências do setor público e privado. Dentre as primeiras, além do Banco do Brasil (de capital misto) destaca-se também a Embrapa. Dentre as segundas, além das já citadas, estão a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), a Sadia, Seara, ou a Bunge Alimentos, sempre em nome da “segurança alimentar mundial”. O espectro do *agribusiness* representado pela ABAG não estaria completo sem

³⁶ **Correio Braziliense**. Brasília: 6-5-1993, p. 14.

³⁷ ARAÚJO & PINAZZA, op. cit., p. 116.

³⁸ Idem, p. 6.

a menção às grandes firmas de comercialização da produção setorial, tais como a Bolsa de Mercadorias e Futuros e a Rutherford Trading S. A., por exemplo.

Comentários Conclusivos

Como se percebe, a ABAG, coroamento do projeto hegemônico enunciado pela OCB, exerceria sua direção a partir de três pilares: 1) a conquista de novos canais de representação política, poderosos o bastante para interferir junto às políticas econômicas emanadas da sociedade política; b) a difusão de um projeto efetivamente consensual para a “agricultura” brasileira, tendo por vértice o binômio “segurança alimentar/internacionalização da atividade”, aberto, mais do que nunca, à penetração maciça dos capitais estrangeiros e, finalmente, 3) a “neutralização” de dois processos bastante colidentes: a progressiva fusão e concentração de empresas/capitais ligados a atividades concorrentes e a administração política das tensões daí resultantes, instituindo-se num instrumento de neutralização dos conflitos intraclasse dominante, mediante o gerenciamento da “divisão do mercado” entre megaempresas rivais.

Os grupos de interesse vinculados tanto à OCB quanto à ABAG, responderam pela “recriação” de uma noção de “agricultura” agora imbricada a uma cadeia de atividades bem mais ampla. Nesse sentido, a agricultura tornou-se avalista de um complexo sistema a ela externo, mas que acabaria por subordiná-la, progressivamente, aos interesses do grande capital industrial e financeiro, ainda que em nome da falácia de ser a atividade agrícola o “ponto de confluência” entre todos os demais setores produtivos.

O novo projeto hegemônico perpetrou não apenas a potencialização da acumulação capitalista no Brasil, como também a facilitação da penetração do grande capital no país em geral – e no campo em particular – integrando-o, de forma ainda mais subalternizada, às grandes linhas do comércio internacional e aos blocos mercantis derivados da “globalização”.

Diante disso é possível afirmar que o binômio OCB – ABAG contribui, fortemente, para a reconversão do Brasil ao *status* de país agroexportador, na medida em que seu parque industrial foi lentamente sucateado e

desnacionalizado no decorrer da década de 1990.

Ademais, esse novo projeto patronal hegemônico promoveu a ampliação, em escala vertiginosa, do já dramático fosso de desigualdades socioeconômicas vigentes não só no país, mas também – e, sobretudo – no “meio rural”, aprofundando a distinção entre os “modernos empresários agroindustriais” e a pequena produção familiar, esta última cada vez mais relegada a um papel supostamente “disfuncional” e “antiprodutivo”, posto que impedida de integrar-se aos ditames financeiros e tecnológicos do novo paradigma.

Artigo recebido em 18/08/2011

Artigo aceito em 21/10/2011